

Estatual readmitirá servidor punido

Funcionário grevista que perdeu emprego também volta à repartição

No final da tarde de ontem, depois de rejeitar 10 emendas que buscavam ampliar os benefícios previstos no substitutivo do Centrão aos brasileiros cassados e aos já anistiados, o plenário da Constituinte aprovou com apoio de todas as lideranças partidárias um dispositivo que proporcionará a readmissão de servidores públicos da administração direta e indireta. A proposta, aprovada por 406 votos contra oito e nove abstenções, não inclui os servidores dos ministérios militares. Beneficiária principalmente lideranças sindicais punidas ou demitidas por motivos políticos e em decorrência da aplicação do Decreto-lei nº 1632/78, que proíbe a greve em serviços essenciais.

Em nome da "pacificação social", a fusão de emendas não contou com encaminhamento contrário e recebeu o apoio do senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), que subiu à tribuna para pedir a sua aprovação, como forma de possibilitar o restabelecimento "destes rapazes e moças e não deixá-los à margem do processo de democratização", ressaltou. O senador, coronel da reserva, que já havia se pronunciado contra uma proposta de anistia aos servidores militares cassados por atos administrativos, reconheceu a injustiça do Decreto-lei nº 1632. Ele lembrou que já combateu esta legislação quando ministro da Previdência, no Governo Figueiredo, preferindo a negociação com os grevistas. Resaltou que "ou a lei vale para todos ou para ninguém", ao recordar que as medidas punitivas, com base neste decreto, só foram aplicadas na nova República.

Ao encaminhar favoravelmente a emenda, o deputado Michel Temes (PMDB/SP) destacou outro ponto da proposta que chamou mais alguns votos à aprovação. O dispositivo será aplicado com base no § 1º do artigo da anistia, que prevê que a medida gerará efeitos financeiros somente a partir da promulgação da Constituição, ficando vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo. "Não vai custar nada ao Governo", disse. Para ele, a nova Carta resultará de um "ajuste social" e o instante é

de pacificação, de coordenação das diferentes tendências políticas, "para evitar que o novo Estado surja com uma área de litígio".

Foi a alteração da proposta original, que previa a "reintegração" dos punidos ou demitidos, o que favoreceu sua aprovação. O próprio deputado Luiz Sover (PMDB/GO), que subiu à tribuna para falar contra a emenda, mudou ali mesmo seu parecer ao reconhecer que a expressão "readmissão" mudava substancialmente o mérito da proposição. O relator Bernardo Cabral deu à matéria o primeiro parecer favorável da tarde e destacou a "violência" do Decreto-lei nº 1632.

Ao longo dos encaminhamentos, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), que acabou votando a favor da emenda, puxou o Regimento Interno da Constituinte para reclamar de "mudanças no texto no curso da votação". Ele se referia à substituição de "reintegração" por "readmissão". O presidente Ulysses Guimarães tranquilizou o deputado assegurando que foi sua "dicação de paulista" que não permitiu o bom entendimento da leitura.

Outra reclamação foi feita pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB/RS), que deliberadamente não votou. Ele considerou o dispositivo como "uma das coisas mais loucas que a Constituinte aprovou". Para ele, depois que "se brigou tanto para não haver direito irrestrito de greve aos funcionários públicos, agora se anistia quem foi punido porque fez greve, desobedecendo a lei". Na sua visão, o senador Jarbas Passarinho encaminhou a favor por equívoco "e as lideranças do Governo, do PFL, foram demagógicas".

A aprovação da emenda corou uma luta iniciada com a demissão dos primeiros servidores públicos em 1979. Assinada pelos deputados Hélio Duque (PMDB/PR), João Paulo (PT/MG) e Carlos Cardinal (PDT/RS), a fusão atende à reivindicação das lideranças sindicais que empreenderam um grande trabalho de convencimento dentro da Constituinte, incluindo até um contato com o senador Passarinho.

GIVALDO BARBOSA



Nas galerias, abraços, choro e grito dos demitidos das estatais, satisfeitos com a reintegração

Na comemoração, choro e aplauso a quem votou

O choro foi tanto que muitos não conseguiram falar. A emoção tomou conta das galerias do plenário da Câmara, ontem à noite, quando o painel registrou a vitória da emenda que concedia anistia aos trabalhadores demitidos das estatais e do serviço público, desde 1979, por motivos políticos ou participação em movimentos grevistas.

O número de beneficiados ninguém soube informar com precisão, embora algumas fontes estimem por alto em 10 mil. Só na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) são 265, e, na Companhia Vale do Rio Doce, 135.

— Ganhamos! Ganhamos! Foram 406 votos a favor e só oito contrários. Avisa a minha mulher. Liga para todo mundo. Temos que comemorar! Era uma ligação interurbana para a Bahia, feita aos gritos, na sala da 3ª Secretaria

da Constituinte, que durante mais de mês serviu de QG à Coordenação Nacional da Campanha pela Anistia com Reintegração aos Demitidos das Estatais. Na sala anterior, choros, palmas, gritos de vitória e até um "parabéns pra você" se musturavam.

RETORNO

José Alvaro Nogueira de Sá, com os olhos vermelhos de chorar, disse que já trabalhava há 25 anos da Cosipa, onde até foi eleito Operário Padrão, em 1980, e demitido em dezembro do ano passado, "não pelo fato de participar de greves, mas porque escolheram alguns, aleatoriamente, para dar exemplo aos que ousavam lutar pelos seus direitos, por melhores salários e principalmente por denunciarem as deficiências da empresa". Para ele, que é casado e tem dois filhos, o

mais importante é voltar a trabalhar.

"Eu tenho orgulho de ter participado desta luta", afirmou José Eduardo Lirio, um dos líderes do movimento. Na sua avaliação, ainda sob o calor das comemorações, a vitória da emenda extrapolou tudo o que se podia pensar: "A proposta conseguiu sensibilizar os constituintes. Eles entenderam que pediamos apenas um direito fundamental do ser humano — o direito ao trabalho. Temos que vir aqui amanhã para agradecer a todos, inclusive ao senador Jarbas Passarinho".

Entre fotos e cânticos de vitória, um grupo de trabalhadores das estatais retirou o gigantesco painel verde colocado há vários dias na rampa que liga internamente o anexo II da Câmara

Beneficiários che

Cerca de 10 mil pessoas poderão ser beneficiadas pela anistia concedida ontem pela Constituinte aos servidores públicos demitidos ou punidos por questões políticas ou participação em movimentos reivindicatórios. Embora o benefício só entre em vigor após a promulgação da nova Constituição, possivelmente em setembro, o movimento da categoria, que demonstrou muita competência e maturidade na luta pela aprovação da medida, não será desativado, a fim de que as empresas do Governo apliquem imediatamente a anistia.

DESTAQUES

Paradoxalmente, nos três anos da Nova República, o número de demitidos e punidos por motivo político ou por reivindicação trabalhista é muito maior do que os oito anos anteriores de ditadura militar. Só na última greve de servidores, nos dias 3 e 4 de maio, de advertência contra o congelamento da URP, foram demitidas 700 pessoas, fora centenas de punições, en-

GIVALDO BARBOSA



ArCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

O perigo maior é a bola de neve

Sindico de falência é a melhor profissão do Brasil. Sabendo, faz durar, e o poder nunca se acaba. Administrar como interventor, já é o pior que pode acontecer. Isto, pelo menos, é o que se vê, hoje, no Banerj.

Faz algum tempo, o Banco Central escolheu uma equipe de administradores de larga experiência, para intervir no Banerj, que estava de pernas moles, ante tanto desmando ao tempo do governo do engenheiro Leonel Brizola. A cabo de mais de dois anos, os diretores escolhidos resolveram fazer demissões, como meio de reduzir as despesas. Esses cortes chegaram aos 600 bancários.

Merecendo o mesmo crédito, porque nenhum dos diretores foi demitido, o mesmo Banco Central resolve desfazer as demissões, desmoralizar a diretoria, e indicar uma outra comissão para encontrar uma solução que ponha novamente o Banco em seu lugar.

A idéia estapafúrdia chega ao fim, porque agora a diretoria está sem moral para continuar trabalhando e mostra, então, pouca eficiência no que fez até agora.

Se o mesmo acontece em outros bancos em estado de intervenção, vai se formar uma verdadeira bola de neve, bem ao gosto do sindicato dos bancários.

XXX

INFORMÁTICA — A crise no setor de informática está se alastrando e, como resultado, o que poderemos ter será o governo assistindo à indústria com preço zero para os empréstimos de favorecimento.

XXX

TAGUATINGA — Só este ano, Paulo Otávio entregou dois prédios de apartamentos na maior cidade-satélite. Hoje é dia de coquetel de lançamento do Conjunto Residencial Onoyama, em homenagem ao meu velho amigo falecido recentemente. Estarei lá.

XXX

LAGO NORTE — Com seu espírito de pioneiro, Edgar Garcia inicia, agora, as vendas no seu supermercado da Península Norte. Melhor a vida do Lago com esse Panelão.

XXX

ELEIÇÃO — Nem depois de rico Silvio Santos deixou de ser camêlo. O que ele está fazendo hoje, com esse alarido de candidatura à prefeitura de São Paulo e à presidência da República, não é nada mais nada menos do que projetar sua televisão, que está em segundo lugar, e para ficar onde está precisa de muito gás, que ele está conseguindo com seu nome em todos os jornais.

XXX

CPI — Na pasta azul que está no armário

Anistia deslança votação

Depois de se arrastar na questão da anistia durante três horas, a Constituinte passou a votar a Jato. Em menos de uma hora o plenário decidiu toda a matéria relativa à elaboração das Constituições Estaduais, à instalação do Superior Tribunal de Justiça e da Advocacia Geral da União e à situação do Ministério Público Federal, da Procuradoria Geral da Fazenda e das consultorias jurídicas dos ministérios e autarquias enquanto não forem aprovadas as leis complementares do Ministério Público e da Procuradoria Geral da União.

O plenário também aprovou a criação de cinco Tribunais Regionais Federais que deverão ser instalados dentro de seis meses a partir da promulgação da nova

Constituição. A Jurisdição e sede destes tribunais serão determinadas pelo Tribunal Federal de Recursos, de acordo com o número de processos e sua localização geográfica.

Logo após a aprovação da emenda da anistia, o quorum começou a baixar consideravelmente e a grande preocupação do presidente Ulysses Guimarães foi então a de tentar segurar os constituintes tempo suficiente para votar todas as fusões em pauta. Os constituintes ficaram, e a última votação registrou ainda a presença de 283 parlamentares. Como não havia acordo sobre toda a matéria relativa ao Ministério Público, o presidente foi obrigado a encerrar a sessão às 19h50m.

Orçamento da União

LUIZ ADOLFO PINHEIRO

Depois de sua Constituição, a Lei do Orçamento, a chamada Lei de Meios, é a mais importante de uma nação. Tudo no país depende, quase que inteiramente, de recursos orçamentários: dizem os ingleses que o Orçamento público é o sustentáculo do regime e a vida das instituições. Nos países democráticos, o Projeto de lei Orçamentário — ou suas peças principais — é organizado pelo Poder Executivo e encaminhado ao Congresso Nacional, que o estuda e dá parecer sobre seus anexos e adendos, acolhendo ou rejeitando emendas nos termos regimentais.

Nos Estados Unidos, no Japão, na Itália, na Inglaterra, na Alemanha e na França, o sistema é bastante parecido com o nosso: o Congresso (ou Parlamento) nomeia uma Comissão composta de especialistas, que sob o comando de um presidente, competente e superiormente classificado no assunto, com um currículo à altura da função e mais de 5 mandatos legislativos, organiza o Orçamento público, discute, vota e aprova, peça por peça, encaminhando-o ao Plenário do Congresso para homologação. Há países onde basta a decisão da Comissão para a aprovação do Orçamento. Nos Estados Unidos, o deputado que preside a Comissão só deixa o cargo por morte, se não se re-

leger (o que nunca aconteceu) ou se for flagrado namorando com a secretária. Mesmo assim, o último presidente passou 43 anos no cargo.

No Brasil, essa Comissão é comandada há muitos anos pelo deputado João Alves (Bahia), economista de 1942, administrador e técnico em Orçamentos públicos. Quando ele não é presidente da Comissão, é seu coordenador. Vai completar 28 anos sucessivos de mandato parlamentar federal. Não há quem se disponha a acusar João Alves de qualquer ato menos digno. Ao contrário, consideram-no uma figura respeitável do Congresso Nacional, cuja preocupação é aprovar um Orçamento correto e